

A FORMAÇÃO FAMILIAR DO COMPLEXO CAFEEIRO: A REDE FAMILIAR E OS INVESTIMENTOS DOS LACERDA FRANCO NA ECONOMIA PAULISTA (1847-1893)¹

Gustavo Pereira da Silva²

Introdução

A economia brasileira no período imperial tinha um caráter mercantil-escravista nacional: o café, cultura predominantemente executada por negros cativos e cuja demanda se expandia internacionalmente, era o principal gênero de exportação desde a década de 1830, quando o país se tornou o maior produtor mundial ao exportar pouco menos de 5 milhões de sacas de café, montante que superaria as 50 milhões de sacas nos anos 1880, quando a rubiácea representava mais de 60% das exportações brasileiras e das lavouras nacionais saíam 60% da oferta mundial cafeeira³.

A produção brasileira de café situava-se na atual região sudeste, especificamente nas terras do Vale do Paraíba fluminense e paulista, a principal área produtora de café no Brasil até o final da década de 1880. Entrementes, no quarto final do XIX houve a consolidação de um câmbio que se iniciara na metade do XIX: os cafezais mais jovens da província de São Paulo, concentrados na região do Oeste Paulista, superaram os cinquentenários cafezais fluminenses – considerando que há uma proporção inversa entre idade e produtividade nos cafeeiros – que desde 1860 sofriam com o custo elevado de reposição da mão-de-obra após o fim do tráfico, com a escassez de terras virgens na região, além de ter boa parte dos fazendeiros em condição insolvente junto aos bancos da capital imperial⁴.

Na busca por novas terras e mão-de-obra situaram-se as condições objetivas

¹ Este artigo compila os principais resultados da tese *Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897)*, defendida em dezembro de 2011 no Instituto de Economia da UNICAMP. O trabalho teve orientação da Prof^a Dra. Lígia Maria Osório Silva (IE/UNICAMP) e contou com financiamento de bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná. E-Mail: <gustavopereira@ufpr.br>.

³ SINGER, P. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional: 1889-1930”. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira – Tomo III (4º v.): o Brasil republicano, 1º volume: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 387. CAVALCANTI, A. *Resenha financeira do ex-Império em 1889*, apud BETHELL, L. (org.). *História da América Latina: da Independência até 1870*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 745. PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969, p. 158. ABREU, M. P. & LAGO, L. A. C. “A economia brasileira no Império, 1822-1889”. *Texto para Discussão*, n. 584, Departamento de Economia, PUC-Rio, 2010, p. 22.

⁴ STEIN, S. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 72-81. FRANCO, G. H. B. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. Dissertação (Mestrado em Economia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1982, p. 12.

para a mudança dos cafezais, pois a extrema dependência escravista do café no Vale do Paraíba foi substituída pela a região do Oeste Paulista⁵, onde a mão-de-obra escrava ladeava com a chegada do imigrante europeu, gerando redução dos custos que foi potencializada pelo uso da máquina de beneficiamento de café e as ferrovias.

As demandas para a expansão do café no Oeste Paulista se tornaram oportunidades aos capitais nacionais e estrangeiros, justamente nas mãos de indivíduos que seriam os representantes do *grande capital cafeeiro*, empresários que podiam ser, ao mesmo tempo, cafeicultores, donos de indústria, acionistas de bancos e ferrovias, grandes comerciantes de importação e exportação, comissários de café e outros gêneros, além de, em muitos casos, ter participação na esfera política. Formava-se assim o *complexo cafeeiro paulista*, principalmente a partir de 1870, tendo a produção cafeeira como indutora de outras atividades que constituíram a fim de viabilizar sua produção e comercialização: bancos, casas comissárias e exportadoras, empresas de serviços públicos (gás, iluminação, telefonia, água e esgoto), indústrias, empresas de seguro⁶.

A figura do membro do grande capital cafeeiro, indivíduo caracterizado pela diversificação dos investimentos e pelos lucros que não se prendiam às adversidades de uma má safra cafeeira, personagem que foi explorada em diversos trabalhos pela historiografia econômica. Zélia M. C. Mello, em sua análise sobre as mudanças nas formas de acumulação de indivíduos que morreram na cidade de São Paulo entre 1845-1895, pautada no estudo de inventários post-mortem, demonstra que a transição capitalista de São Paulo se fez por indivíduos abastados que passaram a acumular riqueza em formas modernas, como ações de empresas. Porém, por basear suas aferições em inventários, pouco há sobre a *trajetória familiar* destes indivíduos, dando-nos a impressão de um automatismo que os levou a se tornarem abastados: eram filhos de grandes proprietários da primeira metade do XIX, geralmente senhores de engenho, que migraram ao café e, posteriormente, a outros investimentos, caso exemplificado por Luís Antônio de Sousa Barros, filho do brigadeiro Luís Antônio de Sousa⁷.

⁵ A região que ficou conhecida como Oeste Paulista, recobria a vila de Campinas, passando por Mogi Mirim, Casa Branca, Rio Claro, Limeira, Araraquara, São Carlos e chegava, na penúltima década do XIX, à região do rio Mogi-Guaçu, em sua confluência com o Pardo – área que se transformará na maior e melhor produtora de café brasileiro, tendo como centro a localidade de Ribeirão Preto. In: PRADO JR, *História econômica do Brasil*, p. 162.

⁶ SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 8.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995, p. 54. PERISSINOTTO, R. M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p. 49. CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981, p. 18. Entre os anos 1860-1875, cerca de 94% dos investimentos estrangeiros no Brasil, concentrados na construção de ferrovias, vinham da Inglaterra, montante que ficou em 88% entre 1876-1885 e, entre 1886-1896, cairia para 62% sem, contudo, que os ingleses tivessem seu predomínio ameaçado. CASTRO, A. C. *As empresas estrangeiras no Brasil: 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 21-67.

⁷ MELLO, Z. M. C. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1990. Outros trabalhos que se utilizam de inventários para analisar as formas de acumulação na economia cafeeira são: OLIVEIRA, L. L. *Economia e história em Franca: século XIX*. Franca: Editora da UNESP, 1997. MARCONDES, R. L. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale de Paraíba, século XIX*. Lorena: Editora Stiliano, 1998. ALMICO, R. C. S. *Fortunas em movimento: um estudo*

Entendemos haver uma lacuna gerada pelo tipo de abordagem efetuada na historiografia econômica e que se expressa por uma questão: quantos indivíduos abastados devem ter existido em São Paulo no século XIX que perderam sua riqueza no decorrer do período, sem ter sobrevivido para participar ativamente do complexo cafeeiro paulista e, possivelmente, ter sua trajetória incluída entre os membros do grande capital cafeeiro? Ou, por que algumas famílias, como as quatro citadas anteriormente, foram bem sucedidas em seus investimentos? Estas duas questões dificilmente serão respondidas baseadas unicamente em inventários, pois homens endinheirados podem ter sofrido infortúnios que os fizeram morrer pobres⁸. Tampouco a questão se resolve tomando a diversificação como estratégia de enriquecimento, pois, a nosso ver, diversificar na economia paulista daquele período é a ponta final de um processo que necessariamente demandou uma *estratégia*, sendo esta o elemento a ser desvendado. O que se deve fazer é mirar a construção do complexo cafeeiro a partir das estratégias familiares que cimentam a evolução econômica de alguns indivíduos e estes, a partir de determinado ponto, passam a se encontrar no topo da economia paulista lastreado pelo capital produtivo, financeiro e social de suas famílias.

A importância da família na sociedade colonial e imperial brasileira justifica-se a partir da constatação de que o sucesso dos projetos individuais dependia, em grande medida, das bases fornecidas preteritamente pelo clã familiar. Ser proprietária de terras, escravos, engenhos, ter membros em posições destacadas em cargos políticos, administrativos ou militares, ter um sobrenome reconhecido, eram todos predicados que podiam ser preenchidos por algumas famílias que, em determinados casos, remontavam seu poderio aos tempos coloniais, caso dos Vergueiro em São Paulo ou dos Azeredo Coutinho no Rio de Janeiro⁹.

A historiografia econômica, na tentativa de articular as estratégias destes grupos familiares às suas atividades empresariais no complexo cafeeiro paulista do século XIX, invariavelmente esbarrou nas lacunas deixadas pela documentação. Um dos trabalhos a demonstrar a importância de um grupo familiar e de seus investimentos à economia cafeeira paulista, embasado em extensa documentação familiar, é

sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora, 1870-1914. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade estadual de Campinas. Campinas, 2001. FRANK, Zephyr L. "Padrões de riqueza no Sudeste do Brasil: 1815-1860". *História Econômica & História de Empresas*, São Paulo, vol. IX, n. 2, (jul./dez 2006, p. 05-48.

⁸ Em outro trabalho, Mello levanta indica uma limitação dos inventários na análise do enriquecimento de indivíduos em São Paulo ao dizer que "Ainda que nossas informações permitam apenas vislumbrar um caminho analítico referente o processo de enriquecimento [...]". MELLO, Z. M. C. "Contribuição ao estudo da formação do empresariado paulista". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 2, n. 4, set. 1982, p. 193-216. Os inventários, por se tratar do momento derradeiro na trajetória de acumulação individual, dificilmente conseguem explicar a origem de tal riqueza, devendo ser complementado por outras fontes.

⁹ MARTINS, L. M. "Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX". In: FRAGOSO, J. L. R.; ALMEIDA, C.M.C. & SAMPAIO, A. C. J. (orgs.). *Conquistadores e negociantes: História de elites no Antigo Regime nos Trópicos – América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 408. TEIXEIRA, P. C. *Negócios entre mineiros e cariocas: família, estratégias e redes mercantis no caso Gervásio Pereira Alvim (1850-1880)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009, p. 42.

o estudo de Darrel Levi, *A Família Prado*¹⁰. No livro, ele cita a trajetória dessa família, destacando, por exemplo, os matrimônios de seus membros, e como eles se aproveitaram das oportunidades abertas pela economia cafeeira no Oeste Paulista. Entrementes, a economia paulista não se resumia aos Prado, tendo algumas famílias destacada atuação a ser desvendada.

Nosso trabalho vem no sentido de elucidar a *estratégia de enriquecimento* na economia cafeeira paulista de uma de suas mais importantes famílias, os Lacerda Franco¹¹. Em que pese alguns de seus membros, principalmente Antonio de Lacerda Franco, ter sido abordado em outros trabalhos¹², pouco se sabe sobre o que fez desta família uma das mais abastadas de São Paulo no século XIX, como se formaram seus investimentos principais e, sobretudo, qual a estratégia que permitiu a este grupo nacional competir e, em alguns momentos, superar grupos estrangeiros em polos do complexo cafeeiro. Para tanto, nossa análise será amparada pela documentação das empresas da família Lacerda Franco visando mostrar a atuação de alguns membros deste grupo familiar na economia paulista da segunda metade do século XIX¹³. Ademais, utilizaremos o conceito de *rede* explorado por Bertrand¹⁴ e que permite ver como os nexos existentes em uma sólida base familiar capacitam e explicam a trajetória exitosa de indivíduos e/ou grupos em uma economia saída recentemente do estatuto colonial. No caso dos Lacerda Franco, seus investimentos na economia cafeeira paulista (fazendas, sociedade agrícola, casa comissária e exportadora) deixam transparecer a estratégia de aglutinação familiar, expressa pela preferência em formar sociedades exclusivamente entre parentes, caminho que levou ao enriquecimento e à diversificação de seus capitais.

A origem dos Lacerda Franco e de sua rede familiar no Oeste Paulista

A família pode ser definida como um grupo de indivíduos que têm laços de parentesco, laços estes que não se resumem à consanguinidade, ou seja, a estrutura familiar esgarça as relações verticais, como pai-filho, podendo englobar uma

¹⁰ LEVI, D. E. *A família Prado*. São Paulo: Cultura Livraria e Editora, 1977.

¹¹ A afirmação de que a família Lacerda Franco era uma das mais importantes no complexo cafeeiro paulista do século XIX baseia-se no vulto de alguns de seus investimentos que serão analisados adiante e, ademais, na constatação de que José de Lacerda Guimarães (o Barão de Arary), um dos familiares que terá sua trajetória analisada, era o quarto maior acionista da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em 1892 e, ao morrer em 1897, sua riqueza de Rs. 5.876:617\$912 era a terceira maior se comparada aos dez proprietários mais ricos falecidos na cidade de São Paulo entre 1877-1894, em uma amostra que continha membros da família Silva Prado, Pais de Barros, Sousa Queirós, Sousa Aranha, Prates e Monteiro de Barros. In: MELLO, *Metamorfoses...*, p. 165. Inventário de José de Lacerda Guimarães (Barão de Arary). Processo n. 226/1897, Pacote 1447/1897. Cartório do Segundo Ofício de São Paulo, Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo.

¹² SAES, A grande..., p. 146. DEAN, W. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971. HANLEY, A. G. *Native capital: financial institutions and economic development in São Paulo, Brazil, 1850-1920*. Stanford: Stanford University, 2005.

¹³ A documentação primária sobre as empresas da família Lacerda Franco foi arrolada em duas propriedades rurais da família: a fazenda Montevidéo (Araras – SP), aberta por volta de 1830; e a fazenda Paraizo (São Carlos – SP) aberta em 1860. Os documentos empresariais levantados nestes dois núcleos foram complementados por outras fontes levantadas, por exemplo, junto ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

¹⁴ BERTRAND, M. “De la familia a la red de sociabilidad”. *Revista Digital de la Escuela de Historia*, ano 4, n. 6, Rosario, 2012.

horizontalidade, por exemplo, quando um(a) filho(a) se casa com um membro de outra família e o cônjuge é agregada ao novo grupo familiar¹⁵.

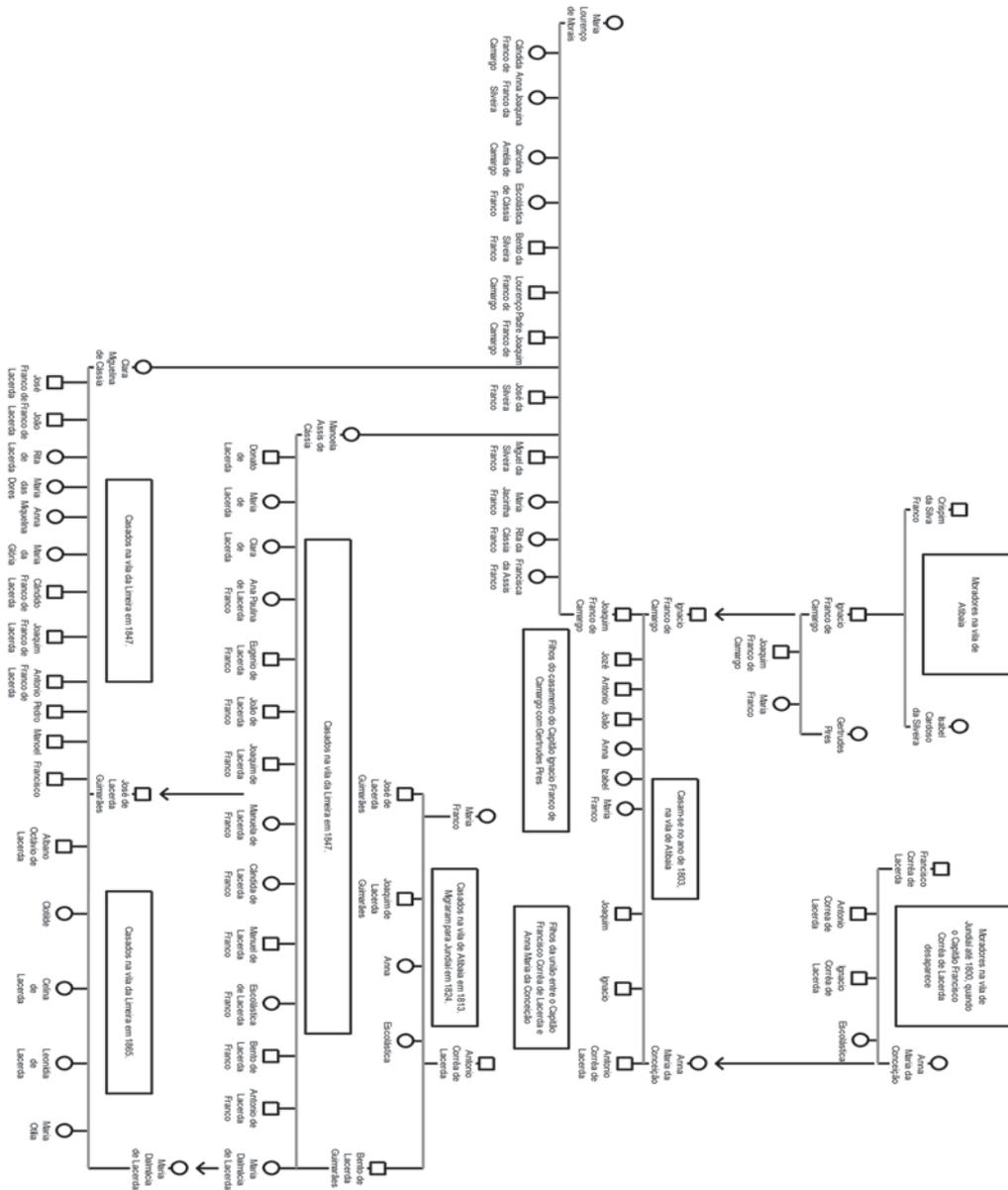
Em 1803, a família Lacerda Franco habitava a vila paulista de Atibaia¹⁶, localidade que sedestacava como produtora de gêneros alimentícios ao mercado da capital¹⁷. Esta nova família surgiu da união de duas outras: os Franco de Camargo com os Lacerda Guimarães, através do matrimônio de Ignacio Franco de Camargo com Anna Maria da Conceição. Ele era filho de Chrispim da Silva Franco, um dos capitães de ordenanças atibaiense e grande proprietário rural escravista. Por sua vez, ela era viúva de Francisco Corrêa de Lacerda. Dentre os 10 filhos do novo casal – 7 da parte de Ignacio e 3 de Anna Maria – destacamos Antonio de Lacerda Guimarães (filho de Anna com seu viúvo esposo) e Maria Franco (filha de Ignácio com sua primeira esposa Gertrudes Pires). Em 1813, na vila de Atibaia, eles se casaram, matrimônio que serviu para cimentar a formação da nova família.

¹⁵ BERTRAND, “De la familia...”, p. 55. A definição de família ora adotada não se prende à consanguinidade entre os parentes porque, em virtude dos Lacerda Franco redundarem da união de duas famílias que, ao se unirem, trouxeram membros (filhos) de outros matrimônios, a consanguinidade é inexistente entre os herdeiros do casal Ignacio Franco de Camargo e Anna Maria da Conceição. Em virtude disso, optamos por enquadrar os pertencentes à família Lacerda Franco de acordo com suas relações de parentesco: pais-filhos/enteados, tios-sobrinhos, primos-primas, cunhados-cunhadas, sogros-genros/noras. Estas relações de parentesco que serão suscitadas na condução dos negócios da família Lacerda Franco.

¹⁶ CANABRAVA, A. P. “A repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 2, n. 6, dez. 1972, p. 77-129, p. 8. A vila paulista de Atibaia mantinha fluxos comerciais com o mercado da vila de São Paulo, remetendo a ela diariamente: feijão, milho, toucinho, aguardente, tecido de algodão, farinha de mandioca e outras mercadorias que somavam 95% do valor total dos produtos atibaienses comercializados com outras vilas.

¹⁷ Maços de População da vila de Atibaia (SP), 1785-1842, Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Salientamos que não vamos abordar a trajetória econômica de todos os membros da família Lacerda Franco, mas somente dos que tem relação direta com os parentes que comandaram os investimentos analisados posteriormente em nosso trabalho. Por isso optamos por uma genealogia resumida da família. Ademais, uma reconstrução da genealogia dos Lacerda Franco, que não está completa, aponta a existência de mais de 70 familiares. In: SILVA, G. P. *Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

QUADRO 1 GENEALOGIA DA FAMÍLIA LACERDA FRANCO



Fonte: Maços de População da Vila de Atibaia (1785-1842), Jundiá (1785-1842), e da Vila de Limeira (1835).
Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

Nestes primórdios dos Lacerda Franco em Atibaia, Ignacio Franco de Camargo, o chefe da família naquele momento, tinha posição destacada na vila paulista de Atibaia, sendo capitão de ordenanças e detentor de 20 escravos no ano de 1816, que trabalhavam na produção de milho, feijão, farinha, aguardente e porcos. Mas, com uma dezena de herdeiros, a pressão sobre a posse da terra existente era

enorme, tornando-se uma alternativa aos filhos aventurar-se no interior paulista em busca da possibilidade de se tornar senhor de terras e cativos¹⁸.

A região que seria conhecida como Oeste Paulista¹⁹ era, na primeira metade do século XIX, a maior produtora de açúcar em São Paulo e este produto era principal o item da pauta de exportação da província, condição que se manteria até 1847. Das vilas do Oeste Paulista saíam quase 97% deste açúcar, fazendo de tais localidades um chamariz a ofícios demandados pela lavoura canavieira, como o fornecimento de escravos, animais para transportar o produto até Santos e mesmo mantimentos²⁰.

Joaquim Franco de Camargo, classificado como negociante de animais em 1816, migrou para a vila de Mogi-Mirim em 1818, que se tornaria a sexta maior produtora de açúcar na província no ano de 1836. Juntamente com sua esposa Maria Lourença de Moraes, ele ficou na localidade até 1825, período em que se tornou proprietário de engenho, produzindo 500 arrobas de açúcar com seus 17 escravos²¹. A passagem por Mogi foi sucedida por uma migração à localidade vizinha de Limeira, então freguesia de Tatuí, pertencente à vila de Constituição (Piracicaba) e que se tornaria vila em 1842.

Nas terras limeirenses, o açúcar era a cultura em expansão que aglutinava os esforços das grandes fazendas escravistas, produção que levaria a localidade à sétima colocação, no ano 1846-1847, dentre as vilas que mais exportaram açúcar pelo Porto de Santos²². Um dos grandes proprietários rurais limeirenses era Joaquim Franco de Camargo que, em 1835, foi classificado como senhor de engenho que, com seus 37 cativos, produziu 1.400 arrobas de açúcar, 50 canadas de aguardente, 100 arrobas de café, 700 alqueires de milho, além de arroz e feijão. Estas produções lhe proporcionaram um rendimento de 2 contos

¹⁸Inventário dos bens rústicos: Atibaia, 1818. Arquivo Público do Estado de São Paulo. “A inelasticidade relativa do fator terras, numa época de baixa produtividade do trabalho e de agricultura comercial, empurrava parte da população descendente em direção ao oeste, acompanhada de antecipações de herança em dinheiro e escravos”. COSTA, E. V. da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977, p. 257.

¹⁹A partir de 1850, “O quadrilátero do açúcar deixou de sê-lo, para se dedicar com verdadeira obsessão à cultura do café”. PETRONE, M. T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difel, 1968, p. 163.

²⁰LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 113. MÜLLER, D. P. *Ensaio d’um quadro estatístico da província de São Paulo: ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836, e 10 de março de 1837*. [São Paulo]: Secção de obras d’O Estado de São Paulo, p. 226-227. SUPRINIYAK, C. E.; RESTITUTTI, C. C. “Os muares e as Minas: relações entre a demanda mineira e o mercado de animais de carga nos séculos XVIII e XIX”. In: XII Seminário sobre a Economia Mineira. *Anais*. Diamantina: UFOP, 2006, p. 04-06. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A034.pdf>.

²¹Maços de População: Mogi Mirim, 1818-1820. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Maria Lourença de Moraes era filha do capitão Lourenço Franco da Rocha e sua mulher Rita de Cássia de Moraes, importantes proprietários rurais na região de Atibaia, tendo sido Lourenço eleito vereador na localidade em 1811. Disponível em: <<http://www.camarajarinu.sp.gov.br/Municipio/Pagina.aspx?tipo=historico>>.

²²PETRONE, *A lavoura...*, p. 166.

de réis naquele ano²³.

Joaquim vivia com sua esposa Maria Lourença de Moraes, tendo o casal 13 filhos²⁴. Aliando ascensão econômica e política em Limeira, Joaquim passaria a ser conhecido como o Alferes Franco²⁵ que, em 1854, possuía quatro propriedades rurais (todas adquiridas por meio de compra): duas na vila paulista de Limeira e duas na vizinha vila de Rio Claro. Na última localidade, ele era dono da fazenda das Araras (1.012,5 alqueires com estabelecimento de cana de açúcar e cafezais, além de 2 casas de morada e pastagens) e do sítio Confim (com casas de morada e pastagens). Já, na vila de Limeira, ele era proprietário da fazenda do Morro Azul (área total de 2.025 alqueires com plantações de café, fábricas de beneficiar café, engenho de açúcar, casas de morada e pastagens) e da fazenda Montevideó (3.600 alqueires com plantação de café)²⁶.

Tamanho cabedal exigia esmero no momento de direcionar a entrada de cônjuges na família pois, com 7 filhas, grande era a necessidade de parceiros com aptidão para levar adiante os negócios familiares. Todavia, nas áreas de fronteira, ou zona pioneira, um dos problemas latentes poderia ser encontrar cônjuges do mesmo grupo social, devido a estas localidades terem uma menor densidade demográfica do que áreas mais antigas, como as próximas da capital paulista. Uma solução por vezes buscada era recorrer a membros da família que tivessem ficado na vila de origem, oferecendo-lhes um dote a fim de estimulá-los a se embrenharem na fronteira. O dote, por sua vez, poderia ser dado em escravos, terras, móveis, chegando até à cessão de fazendas aos novos genros, no intuito de torná-los administradores da propriedade, função que, para grandes fazendeiros que tinham

²³Maços de População: Limeira, 1835. Arquivo Público do Estado de São Paulo. O valor de dois contos de réis era suficiente, por exemplo, para comprar 10 escravos em Minas Gerais por volta de 1830. NOGUEROL, L. P. F. *Sabará e Porto Alegre na formação do mercado nacional no século XIX*. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003. Devemos considerar que os engenhos do Oeste Paulista tinham uma média de 32 escravos por engenho no ano de 1829, sendo que nesta região concentrava-se aproximadamente 80% dos engenhos de São Paulo. Dessa forma, entendemos que os 37 escravos de Joaquim Franco de Camargo, no ano de 1835, colocavam-no entre os grandes proprietários paulistas. LUNA & KLEIN, *Evolução...*, p. 103.

²⁴ Os filhos e a respectiva idade em 1835 eram os seguintes: Miguel (20), José (14), Bento (11), Joaquim (12), Joaquim (10), Lourenço (7), Rita (17), Francisca (15), Escolástica (13), Anna (8), Clara (6), Manoela (4) e Carolina (2).

²⁵ Joaquim participou da comissão que demarcou as divisas de Limeira com as vilas vizinhas. Em 1833, apareceu na lista dos Guardas Nacionais da freguesia. Entre 1842 e 1856, ele foi o subdelegado de polícia da localidade, sendo que em 1859. Por último, ele foi eleito vereador no ano de 1857. In: BUSCH, R. K. *História de Limeira*. Limeira: Prefeitura Municipal, 1967, p. 122-133. Na metade do século XIX, quando o Barão de Von Tschudi visitava a vila de Limeira, ele conversou com o tão conhecido Alferes Franco, de prestigiosos apelidos naquela região do Oeste Paulista. TAUNAY, A. E. *História do café no Brasil*, volume oitavo, Brasil Imperial 1872-1889, tomo VI. Rio de Janeiro: D.N.C., 1939, p. 53.

²⁶ Registro de Terras da vila de Limeira (SP) e Rio Claro (SP): 1855. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Na classificação estabelecida por Milliet, as grandes propriedades cafezeiras em São Paulo teriam até 500 alqueires e as que excedessem esta área ele as classificava como latifúndios. Sendo assim, as propriedades de Joaquim Franco de Camargo poderiam ser consideradas latifúndios cafezeiros. In: MILLIET, S. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1982, p. 70.

mais de uma posse, era fundamental delegar a alguém de confiança²⁷.

Ao recorrer aos parentes, a família deixa de ser unicamente um grupo unido por laços de parentesco, mas estático até então, para se tornar uma *rede familiar*, um ente dinâmico que “consiste em um complexo sistema de vínculos que permitem a circulação de bens e serviços, materiais e imateriais, no marco das relações estabelecidas entre seus membros”²⁸. A rede expressa os nexos entre as diversas estratégias individuais que se realizam pelas interações com os outros membros do grupo que, no caso dos Lacerda Franco, trata-se necessariamente de um grupo familiar²⁹. A opção de recorrer à base familiar se dava pelo menor risco que envolvia a união de parentes aos negócios, por se tratar de indivíduos cujo passado era conhecido e já esclarecidos sobre os costumes familiares³⁰. E, através da repetição de escolhas ou práticas de âmbito socioeconômico – seleção de cônjuges aparentados, concessão de propriedades inteiras aos genros e filhos, empresas familiares – é desnudada a estratégia destes grupos, sendo que os Lacerda Franco têm como pilar estratégico a manutenção e expansão da riqueza unindo-se preferencialmente aos familiares, prescindindo de sociedades anônimas que necessariamente demandariam a união com outros grupos, o que poderia diminuir a previsibilidade na atuação junto à economia paulista, pois, cada grupo familiar pode ter uma estratégia de enriquecimento que não implica em comunhão de interesses com grupos alheios³¹.

O apelo à rede familiar dos Lacerda Franco transparece inicialmente em 11 de dezembro de 1847, quando Clara e Manoela Franco de Camargo, filhas do Alferes Franco, casaram-se na vila de Limeira com seus primos José e Bento de Lacerda Guimarães, moradores até então de Belém de Jundiá (futura Itatiba), freguesia paulista pertencente à vila homônima nas proximidades da capital. A estimular os primos nesta migração estava a possibilidade de ascensão socioeconômica através da base familiar, pois como dote, eles receberam a posse de propriedades agrícolas do sogro: Bento se tornou administrador da fazenda das Araras na vila de Rio Claro; enquanto seu irmão José passou a controlar a fazenda Montevidéo. Mais do que administradores, os irmãos Bento e José se tornaram, a partir do matrimônio, fazendeiros em uma sociedade paulista que tinha em seu topo justamente os grandes proprietários escravistas ligados, até à metade do XIX, fundamentalmente ao açúcar e ao café³².

²⁷ BACELLAR, C. A. P. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória da UNICAMP, 1997, p. 125-146.

²⁸ BERTRAND, “De la família...”, p. 62.

²⁹ MARTINS, *Os tempos...*, p. 432.

³⁰ BERTRAND, “De la família...”, p. 68. Segundo Landes, o casamento dentro da família apresentava várias vantagens sociais e culturais: o dote continuava a fazer parte da fortuna familiar; hábitos e segredos podiam permanecer desconhecidos de estranhos. In: LANDES, D. *Dinastias: esplendores e infortúnios das grandes famílias empresariais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, p. 49.

³¹ MARTINS, *Os tempos...*, p. 409.

³² SILVA, *Uma Dinastia...*, p. 99. LUNA & KLEIN, *Evolução...*, p. 239. Havia um ponderável deslocamento espacial dos cônjuges de elite, que se moviam em função da oferta de terras nas mais diversas vilas do Oeste. O deslocamento geográfico, a aquisição de terras nos novos núcleos urbanos e a seleção do cônjuge são aspectos de toda uma estratégia de um grupo social específico,

Lacerda & Irmão: a produção de café como base do complexo econômico

A virada para a segunda metade do XIX marca um novo contexto institucional para a economia brasileira com o fim do tráfico negreiro em 1850, o novo Código Comercial a regular e fomentar atividades econômicas, a regulamentação da Lei de Terras em 1854 e o aumento da participação do café nas exportações do Império³³. Em São Paulo, iniciava-se a marcha que faria do Oeste Paulista a principal zona cafeeira da província, através da transformação dos canaviais em unidades cafeeiras, movimento que fica se torna mais claro a partir de 1850 nas vilas do Oeste Paulista.

Neste momento, conforme indica a historiografia e corrobora a análise dos Lacerda Franco, havia proprietários endinheirados na economia açucareira que migraram ao café, estimulados pelo ciclo de alta nos preços internacionais da rubiácea, parte atribuído aos efeitos adversos do fim do tráfico ao café fluminense, ciclo que se iniciou em 1857 e seguiria até 1863, quando os preços entraram em uma trajetória descendente³⁴. Todavia, era custosa a conversão de uma fazenda açucareira em cafezais frente à não existência de um sistema bancário em São Paulo que proviesse crédito aos grandes produtores rurais, visto que na década de 1870 só havia 3 casas bancárias na província e a cidade de São Paulo, bem como Santos, não haviam se transformado em relevantes centros financeiros, posição à época ocupada pela capital do Império.

Uma solução seria a tomada de empréstimos, geralmente pagando juros de 12% ao ano, junto a capitalistas locais, na maioria grandes proprietários rurais, ou junto aos comissários, que passaram a fazer parte da órbita cafeeira do Oeste Paulista a partir de 1850, mas sem ter o domínio sobre os fazendeiros que caracterizava o comissariado no Vale do Paraíba fluminense e paulista³⁵.

Tendo em vista a acumulação pretérita de alguns proprietários na economia açucareira, abria-se a alternativa de aglutinação de capitais com outros fazendeiros para a constituição de *sociedades agrícolas*, com o fito de ampliar o acesso ao crédito, melhorar a produtividade das lavouras com ganhos de escala e ter maior volume de café em mãos para obter posição de vantagem no momento da venda

que procurou cada vez mais concentrar terra, renda e poder em suas mãos. In: BACELLAR, C. A. P. *Família, herança e poder em São Paulo: 1765-1855*. São Paulo: USP/ CEDHAL, 1991, p. 59.

³³ SAES, A grande..., p. 29. SILVA, L. O. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 124-192.

³⁴ DELFIM NETTO, A. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Facamp; São Paulo: Editora da UNESP, 2009, p. 21.

³⁵ Tendo acesso ao crédito institucional na praça carioca e no afã de ter um maior controle sobre a produção do café, o comissariado fluminense passou a financiar o fazendeiro a fim de garantir a safra a ser vendida por ele posteriormente. Tais empréstimos implicaram na rendição do fazendeiro frente ao comissário, que era acusado de cobrar juros excessivos e majorar preços dos víveres adquiridos em seu armazém de secos e molhados, crise que ficaria evidente em meio ao fim da escravidão no Brasil em 1888. In: FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983, p. 160-178. STEIN, *Vassouras...*, p. 111-115. MARCONDES, R. L. "O financiamento hipotecário da cafeicultura no vale do Paraíba paulista (1865-1887)". *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, vol. 56, n. 1, mar. 2002.

do produto³⁶. Os irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães se valeram desta alternativa para formar, em 1848, a sociedade agrícola Lacerda & Irmão, cuja finalidade era a produção e venda de café, para tanto contando com 14 escravos, nas terras de seus pais na freguesia paulista de Belém de Jundiá (fazenda Bocaina) e as terras legadas pelo sogro na vila de Limeira (fazenda Montevideo), duas propriedades que já eram cafeicultoras, o que diminuía possíveis custos para a formação da lavoura. Com a morte de Antonio de Lacerda Guimarães, pai dos irmãos Bento e José, no ano de 1850 em Belém de Jundiá, cada um dos 5 herdeiros recebeu como legítima paterna o valor de 3:131\$840 réis, que no caso de Bento e José se tratou de parte nas terras, cafezais, quatro escravos (1 para José e 3 para Bento) e 14 muares que, mesmo não se tratando de uma grande quantia, eram fatores de produção que, somados às terras recém recebidas com o matrimônio em Limeira, tendiam a facilitar a inserção no mundo dos cafeicultores³⁷.

Em dezembro de 1860, a Lacerda & Irmão aumentou sua área produtiva através da compra de uma parte das terras da Sesmaria da Babilônia, pelo valor de 18 contos de réis, propriedade que José resolveu abrir e desbravar junto com seu filho Antonio Franco de Lacerda, fundando a Fazenda Paraizo, que se localizava no perímetro da futura vila paulista de São Carlos, situada a aproximadamente 90 quilômetros das terras dos Lacerda Franco em Limeira e Rio Claro. A compra das terras se deu em um momento de alta dos preços internacionais do café, conjuntura que se tornou ainda mais favorável aos Lacerda Franco em virtude da capitalização familiar que os herdeiros receberam devido à morte de alguns familiares mais abastados, principalmente com o falecimento de Joaquim Franco de Camargo, em 29 de dezembro de 1861, legando aos 18 beneficiários – 4 filhos do primeiro casamento e 14 do segundo – legítimas no valor de 27 contos de réis, uma vez que a riqueza do Alferes Franco alcançou a soma de 990:447\$327 réis. Além deste montante, em janeiro de 1861, os irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães receberam mais 11:501\$800 réis como legítima pela morte de sua mãe, Maria Franco, na freguesia de Belém de Jundiá³⁸.

Por fim, um triste fato também serviu para capitalizar alguns membros da família Lacerda Franco na década de 1860, principalmente os filhos de José de Lacerda Guimarães, em virtude da morte de Clara Franco de Camargo, esposa de José, cuja riqueza foi avaliada em 202:333\$290 réis, o que deixou aos cinco filhos uma legítima materna no valor de 11:240\$738 réis. Quando do falecimento de Clara, ocorreu um reordenamento geográfico dos filhos de José entre duas vilas paulistas: Limeira – posteriormente Araras – e São Carlos. José de Lacerda Guimarães legou

³⁶ TOSI, P. G.; FALEIROS, R. N.; FONTANARI, R. “Modalidades e hierarquias do crédito na cafeicultura paulista (1889-1930)”. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, vol. 65 n. 4, p. 408.

³⁷ Inventário de Antonio de Lacerda Guimarães, Jundiá, 1853. Centro de Memória Unicamp. “Contrato Lacerda & Irmão, 1855”, *apud* ALMEIDA, N. M. *Album de Araras: documento histórico, geográfico, e ilustrativo do município de Araras*. Araras: Odeon, 1948, p. 23-24.

³⁸ Quando da partilha do espólio de Dona Maria Franco, no momento de dividir as terras e cafezais, apesar de existirem cinco herdeiros, houve uma divisão em quatro quinhões, devido aos irmãos Bento e José solicitarem o recebimento do que lhes cabia em uma parte comum. Dessa forma, eles passaram a administrar em conjunto partes das terras legadas pela sua mãe, além de cinco mil pés de café velho e dois mil cafeeiros novos. In: Inventário de Dona Maria Franco, Jundiá, 1861. Acervo do Centro de Memória UNICAMP.

aos seus 5 filhos – Antonio, Candido, José, Joaquim e João – as terras da Fazenda Paraizo na vila de São Carlos, que haviam sido adquiridas pela Lacerda & Irmão. Para as 4 filhas – Maria da Glória, Ana Miquelina, Maria das Dores e Rita – e a si próprio ele deixou as terras na futura vila de Araras, agrupadas na fazenda Montevidéo, fixando-se na propriedade e desfazendo a sociedade agrícola com o irmão Bento³⁹.

A capitalização familiar, a partir do recebimento de heranças legadas pela morte de parentes abastados, constituiu-se em um sucedâneo à escassez de crédito institucional e à tomada de empréstimos a base de juros elevados junto a capitalistas locais e comissários. O risco decorrente do endividamento com indivíduos de outros grupos familiares era substituído pela previsibilidade das relações de parentesco dos Lacerda Franco, chamando-os a utilizar as heranças recebidas, e demais estoques de capitais, para formar novas sociedades⁴⁰.

Dessa forma, em 20 de julho de 1869, os irmãos Antonio Franco de Lacerda e Joaquim Franco de Lacerda, filhos de José de Lacerda Guimarães, associaram-se para formar a Antonio Franco de Lacerda & Irmão. Esta sociedade agrícola contava com as terras que os irmãos haviam recebido quando da morte de sua mãe (Clara Miquelina Franco) na vila de São Carlos, agrupadas sob a fazenda Paraizo. Na firma, o sócio Joaquim entrou com um escravo e mais 1:900\$000 réis, quantia que deveria depois ser integralizada pelo sócio Antonio⁴¹.

Cinco anos depois, no dia 29 de janeiro de 1874, a sociedade agrícola foi reformulada. Agora era composta pelos irmãos Antonio Franco de Lacerda, José Franco de Lacerda e Candido Franco de Lacerda. Com este contrato formou-se a Lacerda & Irmãos, sendo que Antonio entrou para a sociedade com a parte que lhe cabia na extinta firma. Por sua vez, José e Candido Franco de Lacerda adentraram à nova sociedade com a parte que tinham direito nos bens da extinta firma, como cessionários de seu irmão Joaquim Franco de Lacerda. Além disso, cada um compôs o fundo social da Lacerda & Irmãos com os bens, valores e direitos que houveram por herança de sua finada mãe Clara Miquelina, e da avó materna Maria Lourença de Moraes (esposa de Joaquim Franco de Camargo). A Lacerda & Irmãos tinha sede na vila de São Carlos, tendo como propriedade social a fazenda Paraizo, no bairro da Babilônia, com um capital de 80 contos de réis⁴².

A organização de sociedades agrícolas pelos Lacerda Franco entre 1850-1874

³⁹ Inventário de Clara Miquelina de Jesus (1864), *apud* MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995, p.158-159.

⁴⁰ LIMA FILHO, H. E. R. *Microhistória: escalas, indícios e singularidades*. Tese (Doutorado em História). Universidade estadual de Campinas. Campinas, 1999, p. 205-206.

⁴¹ Contrato da sociedade agrícola Antonio Franco Lacerda & Irmão, 1869, Fazenda Paraizo, São Carlos – SP. In: MALUF, *Ruídos...*, p. 158-159.

⁴² Contrato social da sociedade agrícola Lacerda & Irmãos, 1874, Fazenda Paraizo, São Carlos-SP. Com os mesmos sócios/irmãos, a Lacerda & Irmãos continuaria suas atividades na década de 1880, mas com um capital social no valor de 200 contos de réis formado pela: Fazenda Paraizo, localizada em São Carlos do Pinhal, bairro da Babilônia, com 400 alqueires de terras, 145.000 pés de café, com 42 escravos de serviços, máquina de beneficiar café e engenho de serra movida a vapor, pastos e mais benfeitorias. In: *Contrato social da sociedade agrícola Lacerda & Irmãos*, 1881, Fazenda Paraizo, São Carlos – SP.

está alinhada à primeira fase de desenvolvimento do café no Oeste Paulista, quando as lavouras se expandiram estimuladas por um novo ciclo de alta dos preços internacionais (Estados Unidos), entre os anos 1869-1877, demanda aquecida que levou a exportação cafeeira em Santos a mais do que triplicar no período 1865-1880. A expansão da lavoura cafeeira pelo Oeste Paulista, região que produzirá 52,69% do café na província em 1886, foi possibilitada por uma grande disponibilidade de terrenos propícios à rubiácea, o advento das ferrovias entre 1867-1875, a chegada dos imigrantes e a adoção da máquina de beneficiamento que aumentou a qualidade do produto, ao passo que poupava mão-de-obra⁴³. Maiores safras demandaram outras atividades interligadas à viabilização do negócio cafeeiro e, conseqüentemente, à constituição do complexo cafeeiro paulista apontado por Wilson Cano.

A casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia.: o capital nacional no controle do café

Na economia cafeeira engendrou-se um circuito de produção e comercialização do café no século XIX cujos agentes eram os seguintes: fazendeiro, comissário, ensacador e exportador, sendo a última função controlada por firmas estrangeiras⁴⁴. As casas comissárias, responsáveis em grande medida pelo financiamento da lavoura e abastecimento das fazendas com víveres e demais itens, situavam-se na cidade paulista de Santos, em virtude da negociação do café com os exportadores⁴⁵.

Na cadeia do crédito cafeeiro, as casas comissárias eram firmas predominantemente nacionais constituídas na grande maioria por fazendeiros abastados que queriam expandir suas fontes de renda açambarcando a produção de diversas unidades cafeicultoras a fim de obter ganhos comerciais com a posterior venda aos exportadores, função esta dominada por casas de origem estrangeiras. O domínio das casas comissárias sobre a *lavoura*, formada por indivíduos que se dedicavam basicamente à produção cafeeira sem diversificar sua renda, era garantido pela massa de capital em mãos dos grandes cafeicultores-comissários,

⁴³ SAES, *A grande...*, p. 47. DELFIM NETTO, *O problema...*, p. 23-25. COSTA, *Da Monarquia...*, p. 318-326. Com as ferrovias – Mogiana, Paulista, Sorocabana e Ituana, além da Santos-Jundiá – houve uma queda de aproximadamente 20% nos custos de transporte do café, anteriormente feito no lombo de mules. SAES, F. A. M. *Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900*. In: SZMRECSÁNYI, T.; LAPA, J. R. A. (orgs.). *História econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec/ABPHE/EDUSP / Imprensa Oficial, 2002, p. 182.

⁴⁴ De modo geral, o fazendeiro enviava seu café ao comissário que cobrava uma comissão de 3% para vender o café aos ensacadores, ou de forma direta aos exportadores. Os ensacadores compravam o café do comissário e o pagavam em 31 dias. Os exportadores compravam o café já ensacado e pagavam os ensacadores em 21 dias. In: CANO, *Raízes...*, p. 71.

⁴⁵ De acordo com o Código Comercial Brasileiro de 1850, entre o artigo 140 ao 190, é caracterizada a atividade dos intermediários de mercadorias em geral. O artigo 140 aponta: “Dá-se mandato mercantil, quando um comerciante confia a outrem a gestão de um ou mais negócios mercantis, obrando o mandatário e obrigando-se em nome do comitente”; no artigo 186: “Todo o comissário tem direito para exigir do comitente uma comissão pelo seu trabalho, a qual, quando não tiver sido expressamente convencionada, será regulada pelo uso comercial do lugar onde se tiver executado o mandato” Código Comercial Brasileiro: lei nº 556, de 25 jun. 1850. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>.

pois como Braudel afirma “o dinheiro é a liberdade de ter mais dinheiro ainda”⁴⁶, colocando a lavoura paulista na dependência do crédito dos comissários para sua incessante expansão na segunda metade do XIX. Mesmo com a criação de sete bancos comerciais na província durante a década de 1880, em total de 10 casas bancárias, o comissário mantinha sua posição dominante sobre o financiamento da lavoura devido à proximidade que tinha com os banqueiros, pois muitos eram também fazendeiros, o que lhe facilitava o acesso ao crédito institucional, tomando empréstimos nos bancos a taxas entre 9 e 10%, com prazo de dois anos para pagamento e, depois, repassando dinheiro aos cafeicultores cobrando juros que não eram inferiores a 12%, podendo chegar até mesmo a 18% ao ano, e com prazo de quitação curto, que variava de 6 meses ao um ano⁴⁷.

Entre os anos 1876-1883, a produção cafeeira paulista dobrou, ampliando as possibilidades do comissariado na aquisição do café. Em que pese o ciclo de preços internacionais estar em fase descendente, que se manteve entre 1878-1885, a desvalorização cambial do mil-réis no mesmo período assegurou a remuneração elevada do café em território nacional⁴⁸. Este cenário de expansão produtiva teve efeitos positivos para a comercialização cafeeira, fato corroborado pela formação da Associação Comercial de Santos (ACS) em 1874, entidade que congregava comerciantes, industriais, capitalistas, banqueiros, corretores e armadores que tinham suas atividades na praça comercial de Santos, sendo indivíduos brasileiros ou estrangeiros⁴⁹. Na prática, a ACS expressava o grande número de casas comissárias atuando em Santos, o que se nota pela constatação de que dos 14 presidentes da ACS, no período 1870-1920, apenas dois não serem comissários.

Dentre as principais casas comissárias paulistas nas décadas de 1870 e 1880 constava a firma J. F. de Lacerda & Cia., empresa situada na cidade de Santos (Rua do Santo Antonio, número 50) e com uma representação na capital do Império⁵⁰, cujas atividades eram a compra e venda de café nas praças de Santos e Rio de

⁴⁶ BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII* – vol. 2 – os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 338.

⁴⁷ MARCONDES, O. *financiamento...*, p. 149. SAES, *Crédito...*, p. 68. Na década de 1880, a formação de novos bancos foi estimulada pela lei imperial nº 3.150, de 4 de novembro de 1882, que permitia a formação de sociedades anônimas prescindindo de uma autorização governamental. In: MARCONDES, R. L.; HANLEY, A. G. “Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901)”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 40, n. 1, mar. 2010, p. 109. Dos 10 bancos que atuavam na província de São Paulo, seis eram nacionais e eles tinham 80% do total dos ativos bancários. In: HANLEY, *Native...*, p. 49.

⁴⁸ CANO, *Raízes...*, p. 31-35. DELFIM NETTO, *O problema...*, 2009, p. 23-26. A partir de 1886 prescindiu-se da desvalorização cambial como sustentáculo dos lucros internos da cafeicultura, pois se iniciou uma nova subida das cotações externas do café que figurou até 1895.

⁴⁹ PEREIRA, M. A. F. *Comissário de café no porto de Santos: 1870-1920*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1980, p. 60-69.

⁵⁰ Na capital do Império, a J. F. de Lacerda & Cia. situava-se na Rua da Alfândega, nº 15. In: LAEMMERT, E. *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Henrique Laemmert, 1882, p. 767. Disponível em: <<http://objdigital.bn.br/>>. Segundo Moraes, “[...] era preciso fechar as cambiais para importação e exportação naquela cidade”. In: MORAES, M. L. P. M. *Atuação da firma Theodor Wille & Cia. no mercado cafeeiro do Brasil, 1844-1918*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988, p. 45.

Janeiro⁵¹. A casa era mais um empreendimento essencialmente familiar, formada com capital de 600 contos de réis vindo dos próprios membros da família Lacerda Franco. No ano de 1884, a J. F. de Lacerda & Cia. tinha como sócios solidários Joaquim Franco de Lacerda e Antonio de Lacerda Franco (residentes em Santos), que eram os gerentes da casa; e os sócios comanditários eram José de Lacerda Guimarães, o padre Joaquim Franco de Camargo Junior e João Soares do Amaral (residentes na cidade paulista de Araras).

A ativação da rede familiar pelos Lacerda Franco na montagem da casa comissária não se dava pela inviabilidade de arranjos alternativos, como uma sociedade anônima ou união com outras famílias, pelo contrário, aponta para uma estratégia de se unir a membros conhecidos, ligados por laços de parentesco e que tinham expertise e capitais acumulados no mundo cafeicultor do Oeste Paulista na condição de grandes fazendeiros⁵². José de Lacerda Guimarães era proprietário da fazenda Montevidéo (Araras-SP) e formara sociedade agrícola; seu filho Joaquim Franco de Lacerda era um dos herdeiros da fazenda Paraizo (São Carlos-SP) e também iniciara economicamente pela sociedade agrícola; o sobrinho de José, Antonio de Lacerda Franco tinha experiência nas fazendas de seu pai no município de Araras-SP, Bento de Lacerda Guimarães, a São Joaquim e a fazenda das Araras; o padre Joaquim Franco de Camargo Junior era filho de um grande proprietário rural, o Alferes Franco; e João Soares do Amaral, genro de José de Lacerda Guimarães, possuía duas fazendas entre os municípios paulistas de Araras e Leme, a fazenda Palmeiras e a Santa Maria⁵³.

Entre 1871-1891, em Santos atuaram 23 casas comissárias de maior representatividade – por desenvolverem suas atividades por sete anos ou mais. Estas casas eram predominantemente nacionais, como comprovam os nomes das empresas, tendo sido constituídas como *sociedades de fazendeiros*, como a Souza Queiroz & Vergueiro, de propriedade de cafeicultores da região de Limeira e Rio Claro (Vergueiro) e de Campinas (Souza Queiroz)⁵⁴. O comissariado parecia o limite da atuação dos grandes fazendeiros na comercialização do café, sendo a

⁵¹ Na década de 1870, a Vergueiro & Cia. e a J. F. de Lacerda & Cia. eram as principais casas comissárias de Santos. In: MORAES, *Atuação...*, p. 65. Tomamos o ano de 1877 como o de início das atividades da J. F. de Lacerda & Cia. baseado no seguinte documento: Escripura de distracto que fazem Manoel Alves Ferreira da Silva & Cia. e J. F. de Lacerda & Cia.. Livro de Notas do 1º tabelião de Santos, nº 15, fl. 95 *apud* PEREIRA, *Comissário de café...*, p. 230-231.

⁵² BERTRAND, “De la família...”, p. 78 diz que no seio da família “[...] os apoios e conexões nela resultam mais facilmente acessíveis que no exterior dela e com uma eficácia que é ao menos igual”.

⁵³ SILVA, *Uma dinastia...*, p. 159. Em uma lista dos habitantes de maior renda e suas respectivas atividades no município de Araras-SP no ano de 1876, constam os nomes de José de Lacerda Guimarães (fazendeiro), Antonio de Lacerda Franco (fazendeiro), Padre Joaquim Franco de Camargo Junior (fazendeiro) e João Soares do Amaral (fazendeiro). O nome de Joaquim Franco de Lacerda não consta pelo fato dele morar em São Carlos – SP.

⁵⁴ PEREIRA, *Comissário...*, p. 120-126. As casas comissárias eram as seguintes: Alves Lima & C.; Amaral Rocha & C.; Antonio de Freitas Guimarães; Antonio José da Silva Bastos; Benedito Narciso & Silveira; Braga Jr. & C.; Costa Silveira & C.; Francisco de Paula Coelho; GregorioInnocencio de Freitas; Henrique Pedro de Oliveira; J. F. de Lacerda & C. (exportadora); João Manuel Alfaia Rodrigues; José Azurém Costa; José Manuel de Arruda; Manoel Antonio de Bittencourt; Manoel Lourenço da Rocha; Prates & Filhos (Prates & Souza); Rocha Silveiras & C.; Salles Oliveira & Sá; Souza Queiroz & Vergueiro; Telles, Netto & C.; Vieira Barbosa & C.; Julio Conceição.

exportação do café um quase monopólio de firmas estrangeiras. A divisão de tarefas entre capital nacional e estrangeiro na cadeia cafeeira paulista se daria de forma clara até o final da década de 1880: o contato com os produtores no financiamento da lavoura e a viabilização da chegada do café a Santos era tarefa de elementos nacionais; de outra parte, o embarque do café e sua venda no exterior ficava a cargo das casas estrangeiras⁵⁵.

No levantamento das casas comissárias santistas, a única que constava como *exportadora* era a J. F. de Lacerda & Cia. Sendo uma extensão dos negócios comissários dos Lacerda Franco, a exportação surgiu com a criação de uma filial na cidade portuária francesa de Le Havre, montada em 1884 com um capital social de 1 milhão de francos em uma localização que se justificava pelo fato da França ser o principal destino do café saído de Santos, além de possuir uma Bolsa do Café⁵⁶.

A concorrência com as casas estrangeiras na exportação do café – na maioria inglesas, alemãs e norte-americanas – era árdua a qualquer grupo nacional. As firmas internacionais, a partir da melhoria das comunicações na década de 1870 – navegação a vapor e cabos telegráficos – podiam atuar globalmente, sabendo das cotações do café em diversos mercados. Ademais, estas casas contavam com o respaldo de seus fortes sistemas financeiros a garantir o fluxo monetário para as operações de compra do café⁵⁷.

O interstício que restava à entrada e robustecimento de um grupo nacional na exportação de café era o fato das casas estrangeiras, pelo menos até o final da década de 1880, operarem através da compra do café em Santos junto aos comissários e ensacadores, sem ter até então iniciado a compra do café nas fazendas. Por não adentrarem ao mundo da produção, abria-se uma lacuna que podia ser preenchida por grupos locais que tivessem contatos diretos com os cafeicultores, o que lhes possibilitaria desviar a produção destas unidades para ser vendidas em suas respectivas casas. No caso dos Lacerda Franco, eles eram importantes cafeicultores no Oeste Paulista, a principal região cafeeira na década de 1880, e, por ter principiado em Santos como comissários, lembrando que estas casas eram formadas, na maioria, por outros grandes cafeicultores, a J. F. de Lacerda & Cia. pôde se valer de uma rede que ligava relevantes produtores aos proprietários da firma, colocando à sua disposição enorme volume de café a ser comercializado, o

⁵⁵ CANO, *Raízes...*, p. 70-71. O capital estrangeiro passará a internalizar sua atuação na comercialização do café paulista na metade da década de 1890, quando as grandes casas exportadoras enviarão representantes às fazendas para comprar diretamente o café dos produtores, excluindo o comissariado nacional. In: SAES, *A grande...*, p. 140.

⁵⁶ Contrato social da casa comissária J. F. Lacerda & Cia., 1884, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Contrato social casa exportadora de café Lacerda & Cia., 1884, traduzido do original em francês, Havre (França), Fazenda Montevideó, Araras – SP.

⁵⁷ LACERDA, J. F. *Produção e consumo do café no mundo*. São Paulo: Typographia da Industrial de São Paulo, 1897, p. 40-45. Um exemplo da atuação de uma casa exportadora estrangeira no Brasil é o da alemã Theodor Wille & Cia., cujo capital vinha da matriz em Hamburgo e das fortes ligações financeiras com o Brazilianische Bank für Deutschland, também daquela cidade. Além disso, Theodor Wille era acionista do Banco Anglo-Alemão e do London & Hanseatic Bank. Na década de 1880, a casa exportadora Theodor Wille & Cia. tinha representações na Áustria, Itália, cobrindo pouco tempo depois os países mediterrânicos e o Egito. In: MORAES, *Atuação...*, p. 57-82.

que explica a sua liderança na exportação do café⁵⁸.

TABELA 1
AS MAIORES CASAS EXPORTADORAS DE CAFÉ PELO
PORTO DE SANTOS, 1886
VALORES DO CAFÉ EM SACAS DE 60 KG

CASA EXPORTADORA	SACAS CAFÉ EXPORTADAS
J. F. de Lacerda & Cia.	263.841
ZerrenerBülow& C.	251.076
Berla Cotrim & C.	173.998
John Bradshaw& C.	132.521
Augusto Leubá& C.	114.085
Arbuckle Brothers	108.796
Hard Hand& C.	108.519
Holworthy&Ellis	108.177
Felix Sauwen	105.470
Theodor Wille& C.	98.196

Fonte: *Relatório da Associação Comercial de Santos (ACS)*, Santos, 1886, Anexo 15.

Ao galgar postos na comercialização, com a liderança da J. F. de Lacerda & Cia., os Lacerda Franco consolidaram sua posição como membros do grande capital cafeeiro, assumindo posição destacada ao libertar-se da lavoura como base exclusiva para formação de seus proventos. A casa comissária e exportadora, o principal investimento familiar, expressa as diretrizes econômicas dos Lacerda Franco no complexo cafeeiro paulista da segunda metade do XIX: a formação de uma rede familiar que embasava a preferência por empresas entre parentes e a diversificação do capital em meio à economia cafeeira, marcas que caracterizariam seus novos empreendimentos na economia paulista – indústria (Lacerda, Camargo & Cia.) e banco (União de São Paulo) – que se valeram da expertise e dos capitais gerados pela casa comissária e exportadora.

Considerações Finais

O trabalho buscou retratar a formação do complexo econômico cafeeiro paulista através dos empreendimentos da família Lacerda Franco, um dos grupos mais importantes a atuar na economia paulista durante o século XIX. Pela análise desenvolvida, percebemos uma sinergia entre capitais familiares e formação de novos investimentos no mundo do café, empreendimentos que se inserem na

⁵⁸ Uma das sociedades agrícolas do Oeste Paulista que remetia café para ser exportado pela J. F. de Lacerda & Cia. era a firma Bento Pupo& Cia., localizada na cidade paulista de Campinas. A sociedade era gerenciada por Bento Pupo Nogueira e contava também com Angela Izabel Nogueira. In: *Cobrança da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia. contra a sociedade agrícola Bento Pupo & Cia.*, Campinas-1888. Centro de Memória UNICAMP.

formação de um complexo econômico em São Paulo.

Tendo como origem dos capitais a acumulação em propriedades agrícolas nas vilas de Atibaia, Mogi-Mirim, Rio Claro e Limeira, jovens membros da família Lacerda Franco eram acionados pela rede familiar adentrarem a uma economia cafeeira ainda em formação no Oeste Paulista, na metade do século XIX, impulsionados pela possibilidade de se tornarem grandes proprietários rurais através de matrimônios e seus dotes. Já nas terras do Oeste, houve a capitalização advinda de heranças (meações e legítimas), fontes de financiamento de substancial importância quando o crédito institucional se fazia escasso na Província. Com este aporte de capital, os Lacerda Franco passaram a galgar postos na economia cafeeira paulista, iniciando nas atividades mais simples até alcançarem o topo da comercialização cafeeira.

A trajetória dos Lacerda Franco mostra como um grupo familiar pôde se enriquecer na economia paulista do XIX e impedir a dispersão dos capitais. Este fortalecimento se deveu necessariamente à transformação dos laços de parentesco em uma rede familiar, que era suscitada nos momentos da formação de novos investimentos ou da escolha de um cônjuge para se unir à família. Os Lacerda Franco, atuando como uma rede, conseguiram se robustecer em meio à outras grandes famílias paulistas e suplantaram os capital estrangeiros na comercialização do café, apontando para a existência de possibilidades concretas de competição entre algumas firmas nacionais com suas congêneres estrangeiras, disputa essa que existiu em outros elos do complexo cafeeiro e que se acirrou nas décadas seguintes.



RESUMO

A historiografia econômica aponta a formação do complexo cafeeiro paulista na segunda metade do século XIX como elemento-chave na ascensão econômica de São Paulo no período. O complexo tinha a produção cafeeira no centro e, paralelamente, atividades que viabilizavam àquela produção: ferrovias, casas comissárias, bancos, indústrias, serviços públicos, empreendimentos comandados pelos membros do grande capital cafeeiro. Todavia, há uma lacuna na caracterização destes indivíduos que se dá pela escassez de informações que os inventários fornecem acerca dos processos de enriquecimento. O presente trabalho busca evidenciar a estratégia de enriquecimento dos Lacerda Franco, um dos grupos familiares mais importantes a atuar na economia paulista no XIX, que se pautou pela formação de uma rede familiar, que se expressava pela ativação dos vínculos entre os parentes para a escolha de cônjuges e a formação de empresas. Os familiares se capitalizavam internamente através da realocação da riqueza anteriormente acumulada e, dessa forma, tinham condições de empreender. Estes apontamentos se baseiam na análise dos investimentos da família Lacerda Franco na economia paulista da segunda metade do século XIX.

Palavras Chave: Café; Complexo; Família.

ABSTRACT

The economic historiography indicates the formation of the Paulista coffee complex in the second half of the nineteenth century as a key element in the economic rise of São Paulo in the period. The complex had coffee production in the center and in parallel to that production activities made feasible: railroads, commissioners houses, banks, industries, public service enterprises controlled by members of the large coffee capital. However, there is a gap in the characterization of these individuals is given the scarcity of information about the inventories provide enrichment processes. This paper seeks to demonstrate the strategy of enriching Lacerda Franco, one of the most important family groups to operate in the state economy in the nineteenth, which was ruled by the formation of a family network, which was expressed by the activation of links between relatives for marriage choices and formation of the companies. The family was internally capitalized through the reallocation of previously accumulated wealth and, thus, were able to undertake. These notes are based on the analysis of family investments Lacerda Franco in the state's economy in the second half of the nineteenth century.

Keywords: Coffee; Complex; Family.

Artigo recebido em 04 set. 2013.

Aprovado em 27 out. 2013.